

A ECONOMIA IUGOSLAVA: O ESTADO ATUAL E SUAS PERSPECTIVAS COM REFERÊNCIA ESPECIAL AO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO*

*Sead Vilgorac***

Embora eu suponha que alguns dos senhores estejam familiarizados com o modo pelo qual a economia iugoslava funciona, usarei o início desta palestra para comparar brevemente os sistemas econômicos em seus aspectos principais. Acredito que esta curta comparação será útil para entender melhor os eventos atuais na economia iugoslava.

Três sistemas econômicos básicos que podem ser comparados são o capitalismo, o socialismo de estado (economia do tipo soviético) e o socialismo de mercado (economia do tipo iugoslavo). Ainda que as diferenças entre eles sejam numerosas, as mais importantes se referem aos direitos de propriedade, ao emprego, ao investimento, à alocação de bens e serviços e à distribuição de renda.

No que concerne aos direitos de propriedade, no capitalismo a maior parte dos recursos não humanos é propriedade de agentes privados (indivíduos ou empresas), ao passo que, no socialismo de estado, eles são propriedade do Estado. Por outro lado, no socialismo de mercado, a maior parte desses recursos é propriedade da sociedade, o que introduz a noção de propriedade social. A questão central é como defi-

* Conferência pronunciada na Columbia University de Nova Iorque, em 6 de novembro de 1985. O presente artigo foi traduzido pelo Professor Roberto Camps de Moraes do original *The Yugoslav Economy Current State and Prospects with Special Reference to the Stabilization Program*.

Todos os dados apresentados resultaram de trabalhos do autor. As fontes básicas para os cálculos realizados foram:

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA IUGOSLÁVIA (vários números).

RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL (1978/1985). Washington, A.C., Banco Mundial.

** Professor do Instituto de Economia da Universidade de Sarajevo, da Iugoslávia e Professor visitante na Vanderbilt University dos EUA, 1986.

nir esse tipo de direito de propriedade. Na definição mais simples, todos são proprietários e ninguém é proprietário. Um exemplo ilustrará melhor esse tipo de propriedade. Tomemos uma firma média nos EUA e suponhamos que cada empregado possua o direito de votar na escolha da diretoria e dos gerentes e nas principais decisões administrativas da firma, incluindo a distribuição dos lucros no final de cada ano fiscal. Isso constituiria uma explicação simples para a primeira parte da definição acima: todos são proprietários. A segunda parte da definição, isto é, ninguém é proprietário, significa que nenhum empregado pode usar qualquer objeto da firma para fins particulares. Ele (ou ela) pode trabalhar com esses objetos, usá-los para criar renda na firma, mas não pode levá-los para casa, vendê-los ou impedir que outros empregados usem esses mesmos objetos, se os negócios da firma o exigirem.

O caráter do emprego também é muito diferente em cada um dos três sistemas econômicos. No capitalismo, os trabalhadores são ou autônomos ou empregados por firmas privadas. No socialismo de estado, os trabalhadores são empregados, ou pelo governo, ou por empresas controladas pelo governo. No socialismo de mercado, os trabalhadores são ou autônomos ou empregados por firmas socialmente controladas que operam independentemente do governo.

As diferenças relacionadas com o investimento também são consideráveis. Enquanto no capitalismo o investimento é controlado por agentes privados que buscam ou (i) maiores lucros ou (ii) maiores rendas futuras, no socialismo de estado, o investimento é controlado pelo governo que busca os objetivos dos planejadores. No caso do socialismo de mercado, o investimento é responsabilidade das firmas que procuram um equilíbrio entre maior crescimento no futuro e maior renda corrente.

É razoável esperar, com base nas diferenças acima descritas, que a alocação dos bens e serviços seja específica a cada tipo de sistema econômico. No socialismo de estado, o planejamento central do governo é o responsável por esta alocação, ao passo que, no capitalismo, ele é determinado por forças de mercado. Estas últimas também formam o mecanismo básico de alocação de recursos no socialismo de mercado, embora existam mecanismos corretivos com base no consenso social. As correções são feitas nos setores que possuem consideráveis economias externas, ou cujos níveis de rentabilidade estão distantes dos níveis médios, mas cuja produção seja particularmente importante para alguns objetivos não econômicos (por exemplo, a defesa, que é muito importante no caso da Iugoslávia, um país não-alinhado).

O modo de alocação de bens e serviços determina a distribuição da renda em uma economia. No capitalismo, a distribuição de renda é determinada pelas forças de mercado que premiam a produtividade e promovem a propriedade dos recursos. No socialismo de estado, a distribuição é determinada pelos planejadores centrais que podem almejar a igualdade na distribuição da renda ou qualquer outro perfil desejado da mesma. Novamente, no caso do socialismo de mercado, existe uma solução específica: as forças de mercado basicamente determinam a distribuição da renda, mas dentro de certos limites baseados no consenso social. Por exemplo, existem limites inferiores e superiores para os salários. O limite inferior significa um salário mínimo garantido, enquanto o limite superior pode ser fixado por consenso social ou pelo sistema tributário progressivo. Esses limites almejam reduzir diferenças so-

cialmente inaceitáveis nos níveis salariais. Em qualquer caso, no entanto, o sistema como um todo permite diferenças suficientemente grandes para refletir diferenciais de produtividade e escassez entre os diferentes recursos da economia.

Além das diferenças acima descritas entre os sistemas econômicos, existem diferenças importantes nos mercados existentes e nas técnicas de sua gerência. Dos três mercados básicos — produto, trabalho e financeiro — nenhum existe no socialismo de estado, enquanto que todos existem no capitalismo. No sistema econômico iugoslavo, todos esses três mercados funcionam. No que se refere ao mercado de produto, não existem diferenças consideráveis entre o sistema iugoslavo e o capitalismo. O mesmo não ocorre no caso dos mercados financeiro e de trabalho. Este último opera dentro de limites socialmente aceitáveis, estabelecidos pelo piso e pelo teto salarial. No caso dos mercados financeiros, funcionam o mercado de moeda e o de câmbio, mas não existem nem o mercado de ações, nem o mercado de títulos. A razão básica pela qual não existe o mercado de ações reside no tipo específico de direito de propriedade que vigora no socialismo de mercado: de acordo com a constituição iugoslava, todo empregado, em todas as firmas, já detém um voto na escolha da administração da firma e o direito de participar na distribuição dos lucros, se estes existem. No capitalismo, as ações, além de servirem como um certificado de propriedade, também funcionam como o principal mecanismo de controle da administração das firmas. A economia iugoslava possui um substituto parcial para o mercado de ações na sua função de fonte de informação para avaliar a qualidade da gerência: este é formado pela Instituição de Contabilidade Social, entidade independente que publica regularmente relatórios que contêm todos os indicadores financeiros necessários para avaliar a saúde financeira e, conseqüentemente, a qualidade da gerência em cada firma da economia. Desse modo, os empregados e as câmaras de comércio (associações de empresas) podem controlar as administrações. Essas funções, no socialismo de estado, como é amplamente conhecido, são executadas pelo governo, o qual avalia os gerentes de acordo com o seu sucesso ou insucesso em atingir as metas fixadas pelo Plano.

Independentemente do tipo de organização econômica, escolhas devem ser feitas, pois nenhum país é capaz de produzir tudo o que os seus cidadãos gostariam de consumir. Também é verdade que a economia é parte integrante da sociedade que, no mundo contemporâneo, em quase todos os seus países, é um organismo bastante complexo. Isso é especialmente verdadeiro nas sociedades com um alto nível de desenvolvimento.

Obviamente, os diferentes sistemas econômicos representam diferentes enfoques e concepções quanto ao processo de tomada de decisões econômicas e quanto às relações entre a economia e a sociedade. No capitalismo, as metas econômicas constituem a maior prioridade, ficando as metas sociais, certas vezes, relegadas a um plano secundário. Por outro lado, o socialismo de estado tem como meta primária construir algum tipo de sociedade homogênea. O socialismo de mercado iugoslavo baseia-se no conceito de que é possível alcançar-se um equilíbrio entre metas econômicas e sociais, no qual a saúde da economia seja preservada e, ao mesmo tempo, metas sociais razoáveis possam ser atingidas. É claro que não apenas a obtenção

deste equilíbrio é uma tarefa muito complexa, mas também o é a preservação do mesmo. Uma ênfase excessiva nas metas sociais conduz inevitavelmente a problemas sérios na economia, enquanto a negligência nos objetivos sociais, em função da meta de manter a economia em bom estado, pode causar problemas sociais generalizados que se refletirão no desempenho da economia. O funcionamento da economia iugoslava baseado no princípio da autogestão dos trabalhadores, juntamente com a combinação dos papéis dos mecanismos de mercado e de planejamento, enfrenta esta difícil tarefa: alcançar e preservar o equilíbrio entre objetivos econômicos e sociais. O mecanismo de mercado é considerado essencial para a preservação da saúde da economia, sendo os planos encarados principalmente como meios de melhoria e preservação das funções do mercado. Eles usualmente especificam as políticas que serão necessárias para atingir as metas planejadas. O planejamento também incorpora a esfera social nas decisões econômicas. Somente tendo como referência este contexto, é possível entender a história, os eventos atuais e as perspectivas da economia iugoslava, que constituem o tópico do resto desta palestra.

O aspecto dominante do desenvolvimento econômico da Iugoslávia no pós-guerra tem sido a industrialização em grande escala. Por este meio, o País mudou radicalmente as suas estruturas econômicas e sociais. Por exemplo, em 1947 a agricultura era a atividade econômica predominante. A sua contribuição ao PNB da Iugoslávia era três vezes maior do que a da indústria. Trinta e quatro anos depois, esta proporção foi invertida: o produto gerado na indústria dividido pelo produto gerado na agricultura resultava na relação três por um. Em 1982, a indústria possuía uma participação de 39% no PNB total da economia, enquanto a participação da agricultura era de apenas 13,6%. Durante o período 1947-82, a proporção da população ocupada na agricultura diminuiu de quase 70% para 19,9%.

Em 1984, o PNB "per capita" da Iugoslávia atingiu o patamar de US\$ 3.000,00. Usando este indicador, o País situa-se no grupo de renda média na economia mundial. Contudo as grandes diferenças existentes entre os níveis de desenvolvimento econômico das principais regiões do País conferem à economia iugoslava algumas características de um país em desenvolvimento. Por exemplo, a região mais desenvolvida, a Eslovênia, possui uma renda "per capita" seis vezes mais alta do que a menos desenvolvida, Kosovo.

Durante o período 1951-80, a taxa média anual de crescimento econômico atingiu 6,2%. Dentro desse período, a taxa média variou, tendo sido de 6,5% na primeira década, 6,3% na segunda e 5,7% na terceira década. Deve-se salientar que, com essas taxas de crescimento econômico, a Iugoslávia inclui-se no grupo dos 10 países com as taxas mais altas de crescimento do PNB no período pós-guerra. Simultaneamente, a economia foi capaz de empregar um número crescente de pessoas e de manter uma produtividade crescente. As taxas médias anuais verificadas no crescimento do emprego e na produtividade foram ambas de 3,4% durante as décadas de 60 e 70, razoavelmente altas quando comparadas com a "performance" de qualquer outro grupo de países — desenvolvidos, em desenvolvimento, ou economias com planejamento central.

Com algumas pequenas exceções, as metas econômicas e sociais estiveram pró-

ximas de um equilíbrio apropriado desde 1950 até a metade da década de 70. Conseqüentemente, não somente a economia cresceu sem a necessidade de grandes empréstimos externos, como também foram alcançadas realizações significativas na esfera social, como na urbanização, na educação e na saúde pública.

No que tange à importância relativa da economia iugoslava na economia mundial, no início da década de 80 a sua participação relativa na população mundial era de 0,51% e no PNB mundial era de 0,53% ocupando 0,20% da área mundial. A economia iugoslava consome 0,56% da energia comercializada mundialmente, possuindo 0,09% dos recursos energéticos totais do mundo e produzindo 0,3% da oferta de energia do mundo.

As exportações e importações da economia iugoslava sofreram variações significativas nos anos recentes. Em geral, as exportações têm assumido valores menores do que as importações. Por exemplo, as exportações iugoslavas atingiram, em 1980, uma participação de 0,43% das exportações mundiais, enquanto as importações, nesse mesmo ano, atingiram 0,7% das importações mundiais. Essas participações, no entanto, sofreram consideráveis mudanças no último ano. Minha estimativa é de que hoje elas estejam muito próximas de 0,55%.

Contrariamente ao bom desempenho experimentado entre 1951 e 1980, o início da década de 80 apresenta uma situação diferente: a taxa média anual estimada de crescimento do PNB iugoslavo situa-se entre 1,6% e 2% para a primeira metade desta década. As estimativas para os demais dados de importância econômica também não são encorajadoras: a taxa de crescimento da produtividade caiu violentamente de 3,4% no passado para -1,3% ao ano nos primeiros três anos da década. Além disso, a dívida externa aumentou fortemente, atingindo 19 bilhões de dólares na segunda parte dos anos 70.

Quais são as causas dessa deterioração no desempenho da economia? Em primeiro lugar, o desejável equilíbrio entre objetivos econômicos e sociais mantido anteriormente foi rompido no período 1974-80. Os objetivos sociais foram excessivamente realçados, provocando danos à economia. Conseqüentemente, o desejo do governo de financiar a consecução das metas sociais na esfera econômica levou-o a uma ampla intervenção no mercado, negligenciando, em certa medida, as informações que os mercados externo e interno forneciam. Essa intervenção governamental no mercado impediu que este último comunicasse os sinais adequados de preços a todas as partes da economia. As raízes dessa intervenção originaram-se no fim da década de 60, mas a sua mais completa expressão deu-se no período 1974-80.

A interferência governamental na economia foi atingida, em primeiro lugar, no estabelecimento de tetos de preços para certos bens e serviços e, em segundo, para a redistribuição de renda. No primeiro caso, a intervenção impediu que as unidades econômicas operassem orientadas por preços reais de mercado, com todas as conseqüências que esse comportamento irrealista gera.

Quais foram as razões para essa intervenção? Acostumadas a taxas muito altas de crescimento do PNB nas décadas de 50, 60 e início da de 70, a economia e a sociedade gradualmente reduziram a sua capacidade de adaptação a possíveis eventos desfavoráveis na economia mundial. Com efeito, os baixos preços do petróleo no

mercado mundial, as baixas taxas reais de juros nos mercados monetários e de capital, juntamente com persistentes políticas expansivas nos países desenvolvidos, criaram um clima altamente favorável para um crescimento econômico que, de outra forma, teria sido doloroso. Desse modo, os mecanismos de ajustamento rápido da economia iugoslava foram postos a dormir. A importância desse mecanismo pode ser facilmente ilustrada pela dependência energética da Iugoslávia no início da década de 70, quando o País importava 44% da energia consumida. Durante as mudanças dramáticas de preços no mercado mundial de petróleo dos anos 1973-74, os mecanismos de ajustamento não estavam funcionando. A mesma situação ocorreu no segundo choque do petróleo. Ao mesmo tempo, esses eventos também fizeram aumentar as pressões de certas forças internas na economia iugoslava no sentido de ampliar a interferência governamental e de reduzir o papel do mercado. Essas forças usualmente baseiam suas concepções econômicas no suposto de que o mercado é míope e incapaz de regular eficazmente a oferta e a demanda dos setores que produzem bens de capital e de investimentos. Elas achavam, também, que se deveria dar importância especial a esses bens no curso do desenvolvimento econômico, pois acreditava-se que o crescimento desses setores gerasse economias externas. Em suma, eles deveriam ser considerados demasiadamente importantes para serem deixados apenas às forças de mercado. Portanto, os seus preços deveriam ser estabelecidos fora do mercado. Além disso, essas forças pressupunham que os objetivos sociais deveriam ter prioridade sobre os econômicos. O sucesso delas foi completo: de 1974 a 1980, apesar de o mercado ter funcionado como mecanismo primário de coordenação econômica, os ambiciosos objetivos sociais, acima da capacidade efetiva da economia, conduziram a tentativas sistemáticas de alterar a distribuição de renda gerada pelo mercado. No momento em que o governo tentou separar uma função essencial do mercado — a distribuição da renda — das duas outras — transmissão de informação e fornecimento de incentivos —, a eficácia desse mecanismo foi comprometida, perdendo importância como guia para as decisões das empresas. O sistema tributário foi intensamente usado para objetivos sociais, entre os quais a distribuição de renda. Em consequência de tudo isso, a política econômica do período não levou em consideração, na medida adequada, a relação entre o sistema tributário e o crescimento econômico.

Em que medida a economia estava sob a influência desse comportamento governamental acima descrito? Embora as regras do jogo concernentes à determinação de preços pelo governo tenham sido alteradas quase que permanentemente, em um momento cobrindo um dado setor, em outro, excluindo-o, e embora essa intervenção tenha atingido predominantemente as firmas produtoras de bens de capital, certamente os seus efeitos colaterais negativos fizeram-se sentir em toda a economia. Contudo o impacto desses efeitos negativos foi grandemente diferenciado entre os setores. Quanto mais distante uma empresa esteve do controle direto do governo, mais próximo esteve seu comportamento, baseado no espírito do mecanismo de mercado.

Essa intervenção quase permanente gerou três discrepâncias básicas na segunda metade da década de 70: na produção, no consumo e no comércio externo. O

controle de preços direto e indireto do governo e a redistribuição de renda entre as empresas por ele provocada geraram o abandono de alguns setores da economia que poderiam ter se desenvolvido baseados no uso eficiente dos recursos domésticos disponíveis. Ao mesmo tempo, receberam prioridade setores que eram fortemente dependentes das importações, em especial, das provenientes de países desenvolvidos. Infelizmente, esses setores não eram orientados para a exportação.

Especialmente uma noção mantida pelas forças acima mencionadas, que moldaram a política econômica, produziu danos consideráveis: a idéia de que somente as grandes empresas industriais podem constituir-se em setores líderes no processo de desenvolvimento econômico. Em consequência, o abandono de alguns setores foi inevitável: por exemplo, os setores energéticos, de transportes, pequenas empresas, habitação e serviços enfrentam hoje dificuldades significativas. A maior manifestação do abandono desses setores pelo governo foi o controle tarifário que impediu que os mesmos cobrassem integralmente os preços de mercado dos consumidores. Assim, os investimentos foram canalizados para outros setores, especialmente os produtores de bens de consumo duráveis e não duráveis. Durante esse período, funcionou, a pleno vapor, um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento do mercado interno, incentivado por taxas reais de juros abaixo dos níveis de mercado, por taxa de câmbio sobrevalorizada e por ambiciosos objetivos sociais. Floresceram os setores produtores de bens de consumo duráveis e não duráveis importados e, quando produzidos domesticamente, protegidos da concorrência externa. Desse modo, na segunda metade da década de 70, o consumo pessoal atingiu um nível e uma composição sem contrapartida na riqueza nacional e nas estruturas de produção, produtividade e conhecimento. Em apenas cinco anos, esse tipo de política econômica, perseguindo ambiciosos objetivos sociais, conseguiu enfraquecer a capacidade de crescimento da economia. O consumo estava acima de tudo. Crédito fácil e incentivos para a aquisição de bens de consumo aceleraram o seu crescimento. Nas áreas de habitação e serviços, os preços foram mantidos abaixo dos seus custos. Em quase todos os anos da década, o governo — do nível federal ao local — incorreu em déficits orçamentários. Resumindo, foi um período em que predominou um modelo orientado ao consumo e no qual a produção se defasava em relação a este último. O hiato resultante entre os recursos disponíveis para a produção de bens de consumo e os níveis desejados de consumo foi preenchido pelo financiamento inflacionário e por empréstimos externos. Um fator muito importante atuou nesse processo: as remessas de divisas feitas por trabalhadores iugoslavos empregados na Europa Ocidental. O seu pico foi atingido em meados da década de 70, com um valor em torno de cinco bilhões de dólares.

A ênfase no mercado interno, a concentração de recursos nos setores de bens de consumo, e a excessiva preocupação em manter o seu crescimento causaram um decréscimo na participação relativa do comércio externo iugoslavo no comércio internacional, um aumento no endividamento externo e, o que considero muito importante, um desestímulo à pesquisa científica doméstica. A erosão da competitividade e o enfraquecimento dos mecanismos de ajustamento aos possíveis choques provenientes da economia internacional mostraram os seus altos custos sociais no fi-

nal da década de 70. A economia não pôde responder eficientemente aos dois choques do petróleo. Ao invés de reduzir o consumo de energia, a economia prosseguiu no seu velho hábito: em resposta aos dois choques, o governo endividou-se externamente e expandiu, desproporcionalmente, a oferta doméstica de moeda. As dificuldades enfrentadas nos anos recentes da década de 80, inflação crescente, baixas taxas de crescimento do PNB e problemas com o pagamento da dívida externa, refletem o resultado daquela política. Embora alguns eventos externos, como o aumento nas taxas de juros no mercado financeiro internacional, o aumento no preço do petróleo bruto e o retorno dos trabalhadores da Europa Ocidental, tenham contribuído para o agravamento dos problemas da economia iugoslava no fim da década de 70 e início da década de 80, as causas básicas desses problemas são de natureza interna. Nesse período, não existia um equilíbrio adequado entre objetivos sociais e econômicos.

Provavelmente, o evento recente de maior importância foi o colapso do apoio social ao modelo de crescimento, baseado no consumo e no bem-estar a curto prazo a qualquer preço. As forças que preferiam uma intervenção governamental mais ampla e favoreciam metas sociais não razoáveis tiveram a sua influência reduzida. Em consequência, iniciou-se a busca de um novo modelo de desenvolvimento que fosse socialmente aceitável. Depois de dois anos de trabalho compreensivo, um grande grupo de economistas iugoslavos, em cooperação com muitos outros cientistas sociais, formulou um novo conceito de desenvolvimento, exposto no livro **O Programa de Longo Prazo de Estabilização Econômica** (de aqui em diante referido como Programa), publicado em 1983.

O Programa é bastante amplo, ele abrange todos os aspectos da vida econômica na Iugoslávia. Por isso, no resto desta palestra, tentarei explorar apenas as suas idéias básicas, algumas questões cruciais para a sua implementação e avaliar alguns dos seus primeiros resultados.

A primeira idéia básica do Programa é restaurar o equilíbrio entre os objetivos sociais e o potencial real da economia. Obviamente, uma forma básica de alcançar esse equilíbrio é a reafirmação prática do mecanismo de mercado. Existe um consenso claro de que a intervenção do governo não é desejável e de que a economia pode operar eficientemente, dependendo principalmente das forças de mercado. O Programa inclui o reestabelecimento pleno dos mecanismos de mercado, incluindo especificamente o mercado de trabalho, o que se constitui em uma novidade completa nos países socialistas. Isso significa, em outras palavras, que todas as pessoas devem pagar o custo total da maioria dos bens e serviços. Tal política é de grande importância para setores como os da habitação e de serviços. Os aluguéis, no setor de moradia, deverão aumentar drasticamente, atingindo os seus valores reais de mercado no fim do ano de 1986. Os serviços (eletricidade, etc.) também terão seus preços majorados consideravelmente. As taxas de juros não poderão permanecer mais abaixo dos níveis de mercado. As firmas que incorrerem em perdas e tiverem má gerência sofrerão as consequências integrais dos seus equívocos administrativos, o que nem sempre acontecia no passado. Sob a alegação de que cumpriam metas sociais, algumas firmas operaram com prejuízos por vários anos consecutivos na década de 70. O Programa não permite mais esse tipo de comportamento para o futuro. As firmas

com fraco desempenho operacional terão que fechar. Em suma, a reafirmação prática do mecanismo de mercado significa que cada unidade econômica — das famílias ao governo — só poderá gastar a renda que ela tiver gerado, nada mais do que isso. Dessa forma, espera-se que as fontes da inflação e do endividamento exagerado no mercado externo de capitais sejam excluídas do jogo econômico. Simultaneamente, espera-se que o poder dos incentivos de mercado assegure o progresso econômico desejável.

A segunda idéia básica do Programa é a total exposição da economia iugoslava à economia mundial. Pensa-se que esse é o único meio pelo qual a economia doméstica poderá atingir a eficiência e a competitividade requeridas para obter sucesso com suas exportações. O funcionamento da economia deverá ser baseado no até então não observado **princípio das vantagens comparativas dinâmicas**. De acordo com os dados mais recentes, alguns setores que poderão beneficiar-se dessa política econômica são calçados, vestuário, indústria gráfica, papel, indústrias de minerais não-metálicos e metais não ferrosos, indústria metalúrgica, elétrica, máquinas e equipamentos e veículos automotores. Além disso, espera-se que um grande número de empresas se integre ao comércio internacional intra-industrial. Isso implica uma inclusão total no comércio mundial e o aumento dos níveis de exportação e importação dos atuais 30% do PNB para 40% nos próximos 10 anos. Uma exposição mais vigorosa às forças da economia mundial indica uma transição gradual de uma excessiva preocupação com objetivos sociais para uma maior ênfase nas metas econômicas, buscando restaurar no País o equilíbrio ótimo entre ambos.

Com base nos supostos anteriores, o Programa projeta que a economia iugoslava será capaz de não somente pagar toda a dívida externa nos próximos 10 anos, mas também de atingir uma taxa média anual de crescimento do PNB de 3,6% até o fim do século. As estruturas da economia e da indústria serão submetidas às mudanças resultantes da aplicação das vantagens comparativas dinâmicas no contexto da economia mundial. Tomando esse princípio como a base para as mudanças estruturais e os sinais de preço provenientes do mercado mundial, supõe-se que a economia iugoslava atuará corretamente, realizando todos os ajustamentos necessários e desejáveis. A condição essencial para esse sucesso é a capacidade de projetar em geral as tendências futuras da estrutura da economia mundial e de encontrar direções estratégicas para expandir a economia interna nesse contexto.

Na minha opinião, existem duas questões cruciais que decidirão o sucesso ou o insucesso do Programa. Acima de tudo, ele afeta não apenas a vida econômica, mas também a vida social. A implementação do Programa pressupõe o fim da intervenção do governo na economia. Embora exista um consenso uniforme na sociedade em torno da necessidade de conferir autonomia às decisões econômicas, é possível que surjam resistências tendentes a retardar as mudanças. Entretanto a experiência de 1981 a 1985 nega tal possibilidade. Também, o que é muito importante, a população entendeu nitidamente para onde conduziu o conceito de crescimento econômico liderado pelo consumo interno que foi adotado na segunda metade da década de 70. Portanto, a população opor-se-á a qualquer mudança que enfraqueça a economia.

A segunda questão crítica é a alta dependência energética do País. A Iugoslávia importa em torno de 80% do seu petróleo consumido, quase que 100% do car-

vão, e aproximadamente 30% do gás natural consumido. Estes itens somados equivalem a 25% da pauta de importações. Os recursos energéticos domésticos consistem basicamente de carvão “marron” (80%). O restante é constituído de petróleo cru, gás natural e combustível nuclear. Na segunda metade da década de 70, o desenvolvimento econômico, baseado em grande medida em mecanismos extramercado, criou uma estrutura de consumo de energia oposta à disponibilidade de recursos e à capacidade de pagamento da pauta de importações. Nos primeiros anos da década de 80, aproximadamente 44% do consumo total de energia era constituído de importações. Os tetos de preços para os produtos energéticos, fixados pelo Governo Federal durante a segunda metade dos anos 70, causaram o desperdício de energia no País. Assim, a Iugoslávia gastava 50% mais em energia comercial para a geração de uma unidade de PNB do que os países industrializados.¹

O Programa sugere o fim dos tetos dos preços para energia e a sua determinação pelas forças de oferta e demanda. Através das mudanças estruturais que se espera que ocorram, o nível de consumo de energia da economia iugoslava cairá, tornando-o, no longo prazo, mais compatível com a disponibilidade doméstica de energia.

Para finalizar, direi algumas palavras sobre os resultados e/ou efeitos do Programa na economia da Iugoslávia. Os primeiros resultados são encorajadores. Logo após a sua adoção, quase todos os preços foram liberados, o que foi muito importante para o setor energético. As tendências do mercado mundial foram diretamente transmitidas à economia interna, aumentando a produção doméstica de energia e diminuindo as importações e o consumo interno. A dependência energética caiu de 44% para 40%. Em 1983 e 1984, alcançou-se pela primeira vez, desde meados dos anos 70, o equilíbrio externo, através de superávits no balanço de pagamentos. A demanda agregada esteve dentro dos limites impostos pela capacidade produtiva da economia nacional. O equilíbrio desejável entre objetivos sociais e econômicos foi restaurado. Nesses dois anos, a Iugoslávia reduziu a sua dívida externa total de 19 para 18 bilhões de dólares, o que se constitui em um evento único na economia mundial contemporânea. A taxa de crescimento do produto voltou a subir, situando-se em torno de 4% em 1984 e 1985. Essa tendência provavelmente será mantida pelo consenso social, o qual rejeita a política passada de ambiciosas metas sociais, sustentadas por crescente endividamento externo e desconsideração das informações fornecidas pelo mercado.

Nesses dois anos de implementação do Programa, a economia iugoslava, baseada na autogestão, exibiu uma forte capacidade de adaptação ao enfrentar esses problemas e discutir democraticamente os modos alternativos de solucioná-los, alcançando um consenso em torno da orientação geral para o futuro econômico do País. Esses resultados preliminares demonstram a renovada flexibilidade do sistema econômico e o poder de motivação da autogestão.

¹ A Iugoslávia gastava em torno de 650kg de petróleo equivalente por dólar de PNB, enquanto os países desenvolvidos gastavam apenas 450kg para o mesmo propósito no início da década de 80.